



# KIT DE ATUAÇÃO

**TEMA:**  
**TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR**

# KIT DE ATUAÇÃO

## COORDENADOR:

Gustavo Dantas Ferraz  
Promotor de Justiça

## COLABORADORES:

Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira  
Promotor de Justiça

Guilherme da Costa  
Promotor de Justiça

Luiz Eduardo Martins Jacob Filho  
Promotor de Justiça

Ítalo João Chiodelli  
Promotor de Justiça

## ASSESSORIA:

Mayra Cristina Arruda Ambrósio  
Assistente Ministerial

Ghabriela Duarte Metello Taques  
Auxiliar Ministerial

# KIT DE ATUAÇÃO

✉ [cao.patrimonio@mpmt.mp.br](mailto:cao.patrimonio@mpmt.mp.br)

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Modelo de Portaria.....	8
3. Modelo de Ofício.....	12
4. Modelo de Notificação Recomendatória.....	14
5. Modelo de Termo de Ajustamento de Conduta.....	21

# KIT DE ATUAÇÃO

## 1. INTRODUÇÃO

A elaboração do denominado KIT – TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR pelo Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público do Ministério Público do Estado de Mato Grosso tem por escopo principal dar concretude aos dispositivos da Lei 12.527/11, os quais determinam que as entidades do Terceiro Setor forneçam à sociedade dados completos sobre a administração dos recursos de natureza pública, através da publicação da prestação de contas em sítios (*sites*) oficiais. Desta forma, a legislação contribui para o fortalecimento do controle social e do controle por resultado, através do amplo acesso do cidadão à administração dos recursos públicos direcionados às entidades privadas.

É sabido que o controle social tem por requisitos a transparência da administração pública e da entidade do terceiro setor, além do acesso à informação em linguagem suficientemente clara para o cidadão. Portanto, todo o labor de gestão da entidade deve ser publicado no site da instituição através de relatórios, resultados dos exercícios financeiros e demonstrações contábeis.

Ainda, preceitua o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Verifica-se, pois, que a transparência dos atos da administração pública tem o escopo de proporcionar o devido acompanhamento de suas ações, sendo, portanto, um corolário da disposição constitucional alhures mencionada.

Com efeito, a medida inicial sugerida ao membro é a expedição instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** voltado a, inicialmente, identificar as entidades existentes no âmbito da Comarca que se classificam no conceito de Terceiro Setor (**modelo**

## KIT DE ATUAÇÃO

de ofício requisitório anexo) e, então, saber quais delas são beneficiárias de recursos públicos e a forma como os repasses são realizados. Segue em anexo modelo de portaria para instauração e diligências.

Sabendo as entidades existentes no âmbito da Comarca, sugere-se a expedição de ofício para o/a responsável legal, requisitando informações relacionadas ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação, bem como outras informações pertinentes. (**Modelo de ofício requisitório anexo**).

Sendo a resposta positiva e comprovada a perfeita divulgação dos dados, sugere-se o arquivamento do procedimento administrativo.

No entanto, constatando a irregularidade, pode-se adotar as seguintes medidas administrativas:

a) Caso o Município vinculado à Comarca tenha menos de 10.000 habitantes, conforme disposto no artigo 8º, § 4º, da Lei de Acesso à Informação e o Decreto Federal regulamentador (artigo 63, § 2º), será dispensada a divulgação dos dados na *internet*, de modo que a sugestão, para essas situações, é que ocorra um controle apenas no aspecto de prestação de contas ordinário (se regular, se feito a tempo e modo, se há efetiva fiscalização etc.), arquivando-se, na sequência, o procedimento.

b) Tendo o Município mais de 10.000 habitantes e inexistindo um sistema próprio ou consorciado de divulgação dos dados na *internet*, sugere-se a expedição de notificação recomendatória (**modelo anexo**) e reunião com os/as responsáveis legais pela entidade do Terceiro Setor, visando solver a questão, sem prejuízo, ainda, de firmar TAC (**modelo anexo**) para cumprimento da obrigação em prazo certo e definido.

Se tomadas todas essas ações e ainda assim constata desídia no cumprimento do dever legal, sugere-se o ajuizamento de ação civil pública.

## KIT DE ATUAÇÃO

O artigo 8º, § 4º, da própria Lei de Acesso à Informação, estabelece que os municípios com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação na *internet*.

O Decreto Federal n.º 7724/12 prevê a dispensa a divulgação eletrônica quando a entidade privada não dispuser de meios para realizá-la, *in verbis*:

Art. 63. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

[omissis]

§ 2º A divulgação em sítio na Internet referida no §1º poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública, e mediante expressa justificação da entidade, nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos que não disponham de meios para realizá-la.

Além das peças processuais e administrativas que estão encartadas nesta apresentação, tomamos o zelo de encartar ao kit algumas cartilhas, manuais e guias relacionados ao tema, os quais foram elaborados por outros MPES e Tribunais de Contas Estaduais, que, na qualidade de agentes de Controle Externo devem, na realização de suas competências, avaliar e verificar a efetividade dos recursos públicos recebidos por entidades do Terceiro Setor existentes nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, levando-se em conta os procedimentos desses controles estabelecidos pela Administração, a suficiência, a exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil.

Cite-se, como exemplo, os seguintes, cujos conteúdos estão encartados ao material afeto ao *kit*:

- a) Cartilha do Ministério Público do Estado de Pernambuco;
- b) Cartilha do Ministério Público do Estado de Sergipe;

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ [cao.patrimonio@mpmt.mp.br](mailto:cao.patrimonio@mpmt.mp.br)

c) Projeto ONG Transparente do Ministério Público do Estado de Seripe.

## KIT DE ATUAÇÃO

### 2. MODELO DE PORTARIA

#### PORTARIA Nº (...)

#### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. (...)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pelo promotor de Justiça firmatário, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos 11 e III da Constituição da República; arts. 25, inciso IV, 26, inciso I, e 27 da Lei 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público; arts. 60, inciso VI, alínea “b” e “d”; 61, 62 e seguintes, da Lei Complementar Estadual 416/2010 - Lei Orgânica do MP/MT; art. 8º, S 1º, da Lei 7.347/85, observando ainda o contido na Resolução nº 052/2018-CSMP; bem como

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais os interesses coletivos relacionados à tutela do patrimônio público e a correta aplicação dos recursos e implementação das políticas públicas, conforme dispõem o art. 127, “*caput*”, e o art. 129, inciso III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (art. 37, “*caput*”, da CF/88), do que se depreende que as atividades dos órgãos administrativos, em todos os níveis da Federação, deverão observar os vetores constitucionais acima descritos, cumprindo ao Ministério Público, em conjunto com a própria Administração e demais órgãos de controle externo, velar pela adequação constitucional da função administrativa;

**CONSIDERANDO** os dispositivos da Lei 12.527/11, os quais determinam que as entidades do Terceiro Setor forneçam à sociedade dados completos sobre a

## KIT DE ATUAÇÃO

administração dos recursos de natureza pública, através da publicação da prestação de contas em sítios (*sites*) oficiais.

**CONSIDERANDO** que o controle social tem por requisitos a transparência da administração pública e da entidade do terceiro setor, além do acesso à informação em linguagem suficientemente clara para o cidadão. Portanto, todo o labor de gestão da entidade deve ser publicado no site da instituição através de relatórios, resultados dos exercícios financeiros e demonstrações contábeis;

**CONSIDERANDO** o que preceitua o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**CONSIDERANDO** também o disposto no artigo 37, § 3º e incisos da Constituição da República, que garante a participação do usuário na administração pública direta e indireta, assegurando serviços de atendimento e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade do serviço, conferindo-lhe, inclusive, acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo;

**CONSIDERANDO** o artigo 216, § 2º da Constituição da República, que franqueia consulta à documentação governamental a quantos dela necessitarem, na forma da Lei;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 12.527 de 2011, a qual disciplina o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal, é de observância obrigatória por todos os órgãos públicos integrantes do Poder Legislativo de todos os entes federativos, nos termos de seu artigo 1º, § único, inciso I;

## KIT DE ATUAÇÃO

**CONSIDERANDO** que a adoção de medidas preventivas, especialmente nas esferas mais expostas à práticas ímprobas no seio da Administração, aliada à conjugação de esforços entre os órgãos de controle, representam os mecanismos mais eficazes no combate à corrupção;

**RESOLVE** no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127, caput e 129, III da CRFB, artigo 25, IV da Lei Federal nº 8.625/93 e artigo 34, VI da Lei Complementar Estadual nº 106/03, com fulcro na Lei Federal nº 7.347/85 e artigo 10, inciso II, da Resolução nº 052/2018 do CSMP, instaurar o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, com o escopo de acompanhar o cumprimento do princípio constitucional da transparência às entidades do Terceiro Setor do Município \_\_\_\_\_/MT, com base nos seguintes eixos: estrutura, autonomia, transparência e integridade.

Determino, inicialmente, a adoção das seguintes providências:

1. Autue e registre a presente portaria no sistema informatizado de controle SIMP;
2. Expeça-se ofício ao Prefeito do Município de \_\_\_\_\_MT, requisitando-se os seguintes documentos e/ou informações complementares, a serem prestadas excepcionalmente **no prazo de 30 (trinta) dias**:
  - a) Encaminhamento de uma lista de todas as entidades civis que estejam cadastradas no âmbito da municipalidade;
  - b) Informe quais das entidades listadas no item “a” são beneficiárias de recursos públicos;
  - c) Exponha a forma como são realizadas as prestações de contas e, ainda, se é cobrada a divulgação dos dados financeiros e das ações em portais da

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ cao.patrimonio@mpmt.mp.br

transparência (seja do Município ou de sítio eletrônico da própria entidade).

Nomeio o servidor (...) para secretariar os trabalhos deste procedimento.

(.....), (.....) de mês de 20 \_\_\_\_.

(...)

*Promotor(a) de Justiça*

## KIT DE ATUAÇÃO

### 3. MODELO DE OFÍCIO

OFÍCIO N.º \_\_\_\_/2021

REF: Procedimento Administrativo n. \_\_\_\_

Local \_\_\_\_, data \_\_\_\_.

**ASSUNTO:** Acompanhar o cumprimento do princípio constitucional da transparência por parte das entidades do Terceiro Setor que possuam relação com o Município \_\_\_\_/MT

**Ilmo(a). Senhor(a) Prefeito:**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio de seu órgão de execução com atribuições para tanto, visando instruir o Procedimento Administrativo n. \_\_\_\_, que tem o intuito de acompanhar o cumprimento do princípio constitucional da transparência por parte das entidades do Terceiro Setor que possuam relação com o Município \_\_\_\_/MT, vem pelo presente **requisitar as informações e documentos abaixo relacionados:**

- (i) encaminhamento de lista indicando todas as entidades civis dotadas de interesse público que estejam cadastradas no âmbito da municipalidade;
- (ii) informe quais das entidades listadas no item “(i)” são beneficiárias de recursos públicos;
- (iii) exponha a forma como são realizadas as prestações de contas e, ainda, se é cobrada a divulgação dos dados financeiros e das ações em portais da transparência (seja do Município ou de sítio eletrônico da própria entidade).

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ [cao.patrimonio@mpmt.mp.br](mailto:cao.patrimonio@mpmt.mp.br)

As informações e documentos acima relacionados deverão ser encaminhados ao Ministério Público, preferencialmente por meio eletrônico (correio eletrônico ([\\_\\_\\_\\_@mpmt.mp.br](mailto:____@mpmt.mp.br)), **no prazo razoável de 10 (dez) dias**, ressaltando-se ainda que o descumprimento da presente requisição acarretará adoção imediata das providências necessárias para a aplicação das sanções decorrentes de lei, nos termos do art. 37 e 38 da Resolução nº 052/2018 – CSMP/MPMT.

Respeitosamente,

---

**Promotor(a) de Justiça**

**AO ILMO(A). SR.(A) PREFEITO DE \_\_\_\_/MT**  
**ENDEREÇO \_\_\_\_/MT**

## KIT DE ATUAÇÃO

### 4. MODELO DE NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA

#### NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, por seu(sua) Promotor(a) de Justiça, titular da (...) Promotoria da Comarca de [nome da Comarca], vem, no exercício de suas atribuições constitucionais (artigos 37, caput c/c parágrafo 1º; 127, caput; 129, incisos II, III e IX) e regulamentares (artigo 15, da Resolução nº23-CNMP), expedir a presente **RECOMENDAÇÃO**, fazendo-o com base nos fundamentos fático-jurídicos delineados a seguir:

**CONSIDERANDO** ser atribuição legal do Ministério Público expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (artigo 6º, inciso XX da LC 75/93 e artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8625/93);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais os interesses coletivos relacionados à tutela do patrimônio público e a correta aplicação dos recursos e implementação das políticas públicas, conforme dispõem o art. 127, "caput", e o art. 129, inciso III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]" (art. 37, "caput", da CF/88), do que se depreende que as atividades dos órgãos administrativos, em todos os níveis da Federação, deverão observar os vetores constitucionais acima descritos,

## KIT DE ATUAÇÃO

cumprindo ao Ministério Público, em conjunto com a própria Administração e demais órgãos de controle externo, velar pela adequação constitucional da função administrativa;

**CONSIDERANDO** os dispositivos da Lei 12.527/11, os quais determinam que as entidades do Terceiro Setor forneçam à sociedade dados completos sobre a administração dos recursos de natureza pública, através da publicação da prestação de contas em sítios (*sites*) oficiais.

**CONSIDERANDO** que o controle social tem por requisitos a transparência da administração pública e da entidade do terceiro setor, além do acesso à informação em linguagem suficientemente clara para o cidadão. Portanto, todo o labor de gestão da entidade deve ser publicado no site da instituição através de relatórios, resultados dos exercícios financeiros e demonstrações contábeis;

**CONSIDERANDO** o que preceitua o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**CONSIDERANDO** também o disposto no artigo 37, § 3º e incisos da Constituição da República, que garante a participação do usuário na administração pública direta e indireta, assegurando serviços de atendimento e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade do serviço, conferindo-lhe, inclusive, acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo;

**CONSIDERANDO** o artigo 216, § 2º da Constituição da República, que franqueia consulta à documentação governamental a quantos dela necessitarem, na forma da Lei;

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ cao.patrimonio@mpmt.mp.br

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 12.527 de 2011, a qual disciplina o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal, é de observância obrigatória por todos os órgãos públicos integrantes do Poder Legislativo de todos os entes federativos, nos termos de seu artigo 1º, § único, inciso I;

**CONSIDERANDO** que a adoção de medidas preventivas, especialmente nas esferas mais expostas à práticas ímprobas no seio da Administração, aliada à conjugação de esforços entre os órgãos de controle, representam os mecanismos mais eficazes no combate à corrupção; **RESOLVO**

### RECOMENDAR

Ao Prefeito do Município de \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_ e/ou ao responsável legal pela entidade de Terceiro Setor (nome da entidade), a adoção, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, das providências necessárias para a implementação e disponibilização, em plataforma digital ou sítio eletrônico, de todos os dados referentes aos valores e gastos com o recebimento de recursos públicos, de qualquer esfera de governo, para consulta simplificada de qualquer cidadão, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

### QUANTO À QUALIFICAÇÃO

a) Demonstração do atendimento aos requisitos previstos em lei regulatória, com a demonstração dos certificados atualizados, certidões atualizadas de regularidade fiscal, tributária e previdenciária e estatuto social atualizado;

b) Composição do Conselho de Administração e Fiscal, demonstrando a conformidade definida em lei;

c) Disponibilização das atas dos conselhos;

d) Relação nominal atualizada e qualificação dos dirigentes da entidade, com a respectiva remuneração;

## KIT DE ATUAÇÃO

- e) Manifestação da Organização Social sobre sua capacidade técnica;
- f) Avaliação realizada pelo Poder Público da capacidade técnica da Organização Social;
- g) Disponibilização do Código de Ética (caso exista).

### **QUANTO À SELEÇÃO**

Instrumento de chamamento público;

Propostas apresentadas pelas Organizações Sociais;

Parecer homologatório do resultado final da seleção.

### **QUANTO AOS CONTRATOS DE GESTÃO:**

Disponibilização da íntegra de todos os contratos de gestão firmados pelas Organizações Sociais e seus aditivos, separados por unidades de prestação de serviços e contratantes;

Disponibilização da proposta de trabalho aprovada pelo ente público para a celebração do contrato de gestão;

Disponibilização das metas e indicadores pactuados.

### **QUANTO À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO:**

Publicação mensal dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

Disponibilização dos relatórios de fiscalização e acompanhamento dos resultados atingidos, conforme periodicidade prevista no contrato para sua execução;

Disponibilização do parecer conclusivo da Comissão de Avaliação acerca da execução dos contratos de gestão, conforme periodicidade prevista no contrato para sua execução, bem como do relatório anual da referida Comissão;

Disponibilização das prestações de contas elaboradas pelas Organizações Sociais, conforme periodicidade prevista no contrato para sua execução;

Disponibilização dos serviços colocados à disposição do cidadão para a unidade atendida pelo contrato de gestão. Neste caso, é importante também essa

## KIT DE ATUAÇÃO

informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização dos valores recebidos pela Organização Social pelo ente público, identificando a data do crédito, referência, os dados do empenho da despesa e os extratos bancários mensais para a conta específica do contrato de gestão;

Disponibilização da relação discriminando os itens disponíveis nas unidades atendidas pelo contrato de gestão: tipos de insumos e de materiais, tipos e quantidade de equipamentos e quais serviços que devem ser prestados para os usuários naquela unidade. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização dos contratos celebrados pela Organização Social com terceiros para atender ao contrato de gestão;

Disponibilização de relação mensal dos pagamentos efetuados a contratados pela organização social para execução do contrato de gestão, detalhando o nome e qualificação dos beneficiários e valores pagos a cada um;

Disponibilização dos resultados de pesquisas de opinião sobre a qualidade dos serviços prestados, por auditoria independente e pelos usuários dos serviços. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização de *link* para acesso do cidadão aos dados de execução e de prestação de contas da Organização Social para cada contrato de gestão, por meio de sistema informatizado específico, caso haja. A sugestão é de que essas informações sejam gerenciadas por sistema informatizado, gerando dados abertos, e possibilitando acompanhamento e fiscalização mais eficazes.

### **QUANTOS AOS BENS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA OS:**

Disponibilização de relatório atualizado dos bens públicos destinados às Organizações Sociais para execução dos contratos e também aqueles adquiridos pela OS;

### **QUANTO À CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:**

Disponibilização do regulamento de obras, serviços e compras a serem

## KIT DE ATUAÇÃO

realizadas com recursos públicos;

Disponibilização, conforme previsto no regulamento, dos chamamentos/editais para as aquisições para atender a(s) unidade(s) referente(s) ao contrato de gestão;

Divulgação dos resultados dos processos de seleção dos fornecedores;

Disponibilização dos contratos existentes com fornecedores de insumos, materiais e serviços adquiridos, com seus respectivos preços unitários;

Disponibilização de relação contendo valores de rateio de serviços contratados para alocação em atividades de administração da Organização Social para vários contratos e que devem ser rateados entre esses. Discriminar o valor total do serviço contratado e o valor rateado para cada contrato.

### **QUANTO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL:**

Disponibilização do regulamento para contratação de pessoal e dos editais de contratação;

Disponibilização dos resultados dos processos de contratação de pessoal realizados pela Organização Social;

Disponibilização da relação completa de todo o pessoal contratado para atuar na unidade atendida, sendo pessoa física ou jurídica, com respectivo nome completo, cargo, salário bruto, descontos, salário líquido, horário de trabalho e carga horária mensal. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização dos valores referenciais de remuneração do quadro de pessoal colocado à disposição da unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização de relação contendo valores de rateio de serviços de pessoal contratados para alocação em atividades de administração da Organização Social para vários contratos e que devem ser rateados entre esses. Discriminar o valor total do serviço contratado e o valor rateado par cada contrato;

Disponibilização das vagas existentes para a contratação de pessoal.

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ cao.patrimonio@mpmt.mp.br

### QUANTO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS:

Disponibilização anual do Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Disponibilização mensal do Balancete Analítico Acumulado dos exercícios encerrado e anterior da Organização Social.

### QUANTO À FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS:

Disponibilização no portal das Organizações Sociais da possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos a não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

Disponibilização de dados abertos das informações, nos moldes definidos pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos;

Acesso a sistema informatizado de controle de prestação de contas, caso haja.

Fixo o prazo de 10 dias úteis para a resposta à presente notificação recomendatória, salientando que a inércia será interpretada como recusa.

(....), (....) de mês de 20\_\_.

(...)

Promotor(a) de Justiça

## KIT DE ATUAÇÃO

### 5. MODELO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

#### TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, por seu(sua) Promotor(a) de Justiça, titular da (...) Promotoria da Comarca de [nome da Comarca], doravante denominado COMPROMITENTE, e o **MUNICÍPIO DE** [nome do Município]/MT, por seu representante Prefeito [nome do Prefeito], e/ou a entidade do Terceiro Setor [nome da entidade e do representante legal], doravante designado(s) COMPROMISSÁRIO(S), ambos abaixo assinados, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85; e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, dentre os quais os interesses coletivos relacionados à tutela do patrimônio público e a correta aplicação dos recursos e implementação das políticas públicas, conforme dispõem o art. 127, "caput", e o art. 129, inciso III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]" (art. 37, "caput", da CF/88), do que se depreende que as atividades dos órgãos administrativos, em todos os níveis da Federação, deverão observar os vetores constitucionais acima descritos, cumprindo ao Ministério Público, em conjunto com a própria Administração e demais órgãos de controle externo, velar pela adequação constitucional da função administrativa;

**CONSIDERANDO** os dispositivos da Lei 12.527/11, os quais determinam que as entidades do Terceiro Setor forneçam à sociedade dados completos sobre a administração dos recursos de natureza pública, através da publicação da prestação de

## KIT DE ATUAÇÃO

contas em sítios (*sites*) oficiais.

**CONSIDERANDO** que o controle social tem por requisitos a transparência da administração pública e da entidade do terceiro setor, além do acesso à informação em linguagem suficientemente clara para o cidadão. Portanto, todo o labor de gestão da entidade deve ser publicado no site da instituição através de relatórios, resultados dos exercícios financeiros e demonstrações contábeis;

**CONSIDERANDO** o que preceitua o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

**CONSIDERANDO** também o disposto no artigo 37, § 3º e incisos da Constituição da República, que garante a participação do usuário na administração pública direta e indireta, assegurando serviços de atendimento e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade do serviço, conferindo-lhe, inclusive, acesso a registros administrativos e a informações sobre atos de governo;

**CONSIDERANDO** o artigo 216, § 2º da Constituição da República, que franqueia consulta à documentação governamental a quantos dela necessitarem, na forma da Lei;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 12.527 de 2011, a qual disciplina o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal, é de observância obrigatória por todos os órgãos públicos integrantes do Poder Legislativo de todos os entes federativos, nos termos de seu artigo 1º, § único, inciso I;

## KIT DE ATUAÇÃO

**CONSIDERANDO** que a adoção de medidas preventivas, especialmente nas esferas mais expostas à práticas ímprobas no seio da Administração, aliada à conjugação de esforços entre os órgãos de controle, representam os mecanismos mais eficazes no combate à corrupção;

**CONSIDERANDO** que o Município [nome do município] e/ou a entidade do Terceiro Setor [nome da entidade] manifestou(ram) a intenção de celebrar o presente acordo, de modo a fazer valer o disposto na Lei nº 12.527 de 2011, a qual disciplina o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal;

### RESOLVEM

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA (TAC)** mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objetivo aprimorar o SISTEMA DE FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE CONTAS do Município [nome do município] e a entidade do Terceiro Setor [nome da entidade], mediante a implementação de medidas voltadas a disponibilizar para a sociedade a consulta pública aos recursos públicos recebidos e gastos pelas entidades do Terceiro Setor;

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

O Município [nome do município] e a entidade do Terceiro Setor [nome da entidade] deverá (deverão), no prazo de 45 dias, disponibilizar em plataforma digital ou sítio eletrônico todas as prestações de contas referentes aos valores gastos com o recebimento

## KIT DE ATUAÇÃO

de recursos públicos, de qualquer esfera de governo, para consulta simplificada de qualquer cidadão;

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Município [nome do município] e a entidade do Terceiro Setor [nome da entidade] poderá (poderão) se valer dos sítios eletrônicos já eventualmente existentes para disponibilizar os dados que são objeto desta avença, devendo apenas descrever um campo específico para o acesso.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

Os portais da transparência a serem disponibilizados deverão, no mínimo, conter os seguintes dados:

#### QUANTO À QUALIFICAÇÃO

a) Demonstração do atendimento aos requisitos previstos em lei regulatória, com a demonstração dos certificados atualizados, certidões atualizadas de regularidade fiscal, tributária e previdenciária e estatuto social atualizado;

b) Composição do Conselho de Administração e Fiscal, demonstrando a conformidade definida em lei;

c) Disponibilização das atas dos conselhos;

d) Relação nominal atualizada e qualificação dos dirigentes da entidade, com a respectiva remuneração;

e) Manifestação da Organização Social sobre sua capacidade técnica;

f) Avaliação realizada pelo Poder Público da capacidade técnica da Organização Social;

g) Disponibilização do Código de Ética (caso exista).

#### QUANTO À SELEÇÃO

Instrumento de chamamento público;

## KIT DE ATUAÇÃO

Propostas apresentadas pelas Organizações Sociais;  
Parecer homologatório do resultado final da seleção.

### **QUANTO AOS CONTRATOS DE GESTÃO:**

Disponibilização da íntegra de todos os contratos de gestão firmados pelas Organizações Sociais e seus aditivos, separados por unidades de prestação de serviços e contratantes;

Disponibilização da proposta de trabalho aprovada pelo ente público para a celebração do contrato de gestão;

Disponibilização das metas e indicadores pactuados.

### **QUANTO À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO:**

Publicação mensal dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

Disponibilização dos relatórios de fiscalização e acompanhamento dos resultados atingidos, conforme periodicidade prevista no contrato para sua execução;

Disponibilização do parecer conclusivo da Comissão de Avaliação acerca da execução dos contratos de gestão, conforme periodicidade prevista no contrato para sua execução, bem como do relatório anual da referida Comissão;

Disponibilização das prestações de contas elaboradas pelas Organizações Sociais, conforme periodicidade prevista no contrato para sua execução;

Disponibilização dos serviços colocados à disposição do cidadão para a unidade atendida pelo contrato de gestão. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização dos valores recebidos pela Organização Social pelo ente público, identificando a data do crédito, referência, os dados do empenho da despesa e os extratos bancários mensais para a conta específica do contrato de gestão;

Disponibilização da relação discriminando os itens disponíveis nas unidades atendidas pelo contrato de gestão: tipos de insumos e de materiais, tipos e quantidade de equipamentos e quais serviços que devem ser prestados para os usuários naquela

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ cao.patrimonio@mpmt.mp.br

unidade. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização dos contratos celebrados pela Organização Social com terceiros para atender ao contrato de gestão;

Disponibilização de relação mensal dos pagamentos efetuados a contratados pela organização social para execução do contrato de gestão, detalhando o nome e qualificação dos beneficiários e valores pagos a cada um;

Disponibilização dos resultados de pesquisas de opinião sobre a qualidade dos serviços prestados, por auditoria independente e pelos usuários dos serviços. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização de *link* para acesso do cidadão aos dados de execução e de prestação de contas da Organização Social para cada contrato de gestão, por meio de sistema informatizado específico, caso haja. A sugestão é de que essas informações sejam gerenciadas por sistema informatizado, gerando dados abertos, e possibilitando acompanhamento e fiscalização mais eficazes.

### **QUANTOS AOS BENS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA OS:**

Disponibilização de relatório atualizado dos bens públicos destinados às Organizações Sociais para execução dos contratos e também aqueles adquiridos pela OS;

### **QUANTO À CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:**

Disponibilização do regulamento de obras, serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos;

Disponibilização, conforme previsto no regulamento, dos chamamentos/editais para as aquisições para atender a(s) unidade(s) referente(s) ao contrato de gestão;

Divulgação dos resultados dos processos de seleção dos fornecedores;

Disponibilização dos contratos existentes com fornecedores de insumos, materiais e serviços adquiridos, com seus respectivos preços unitários;

Disponibilização de relação contendo valores de rateio de serviços

## KIT DE ATUAÇÃO

contratados para alocação em atividades de administração da Organização Social para vários contratos e que devem ser rateados entre esses. Discriminar o valor total do serviço contratado e o valor rateado para cada contrato.

### **QUANTO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL:**

Disponibilização do regulamento para contratação de pessoal e dos editais de contratação;

Disponibilização dos resultados dos processos de contratação de pessoal realizados pela Organização Social;

Disponibilização da relação completa de todo o pessoal contratado para atuar na unidade atendida, sendo pessoa física ou jurídica, com respectivo nome completo, cargo, salário bruto, descontos, salário líquido, horário de trabalho e carga horária mensal. Neste caso, é importante também essa informação ficar afixada na própria unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização dos valores referenciais de remuneração do quadro de pessoal colocado à disposição da unidade atendida pelo contrato de gestão;

Disponibilização de relação contendo valores de rateio de serviços de pessoal contratados para alocação em atividades de administração da Organização Social para vários contratos e que devem ser rateados entre esses. Discriminar o valor total do serviço contratado e o valor rateado par cada contrato;

Disponibilização das vagas existentes para a contratação de pessoal.

### **QUANTO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS:**

Disponibilização anual do Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Disponibilização mensal do Balancete Analítico Acumulado dos exercícios encerrado e anterior da Organização Social.

## KIT DE ATUAÇÃO

### QUANTO À FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS:

Disponibilização no portal das Organizações Sociais da possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

Disponibilização de dados abertos das informações, nos moldes definidos pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos;

Acesso a sistema informatizado de controle de prestação de contas, caso haja.

### CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O COMPROMITENTE se compromete a não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO que assina o presente Termo, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado.

### CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

O COMPROMISSÁRIO comunicará oficialmente à Promotoria de Justiça o cumprimento do presente termo de ajustamento pelo Município, ao final dos prazos constantes nas cláusulas anteriores.

A inexecução do compromisso previsto em quaisquer das Cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público Estadual, decorridos os prazos previstos, adotar as medidas judiciais cabíveis.

O presente TAC entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85.

## KIT DE ATUAÇÃO

✉ cao.patrimonio@mpmt.mp.br

Pelo descumprimento das obrigações assumidas neste TERMO, o COMPROMISÁRIO ficará sujeitos à multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia de descumprimento, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas e de execução específica das obrigações assumidas, bem como de outras hipóteses de responsabilização legal pertinentes. O valor da multa será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

(.....), (.....) de mês de 20\_\_.

(...)

Promotor(a) de Justiça

[nome do Prefeito]

Prefeito do Município de [nome do Município]

[nome do representante do terceiro setor]

**Entidade do Terceiro Setor**